

MEDIDA PROVISÓRIA N° 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020

“Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

CD/20883.64823-97

EMENDA MODIFICATIVA N.º _____ 2020

Dê-se ao artigo 12 da MP nº 927/2020, a seguinte redação:

Art. 12 – No prazo de 24 horas, contados da comunicação de férias coletivas aos empregados o empregador deverá encaminhar comunicação prévia ao órgão local do Ministério da Economia e ao sindicato representativo da categoria profissional a que estiverem vinculados seus empregados, nos termos do art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1943.

JUSTIFICAÇÃO

O sentido da redação original do artigo 12 da Medida Provisória é que o artigo 139 da Consolidação das Leis Trabalhistas não seja aplicado, por meio da dispensa de comunicação prévia de férias coletivas.

Por esse motivo apresentamos a presente emenda por considerar indevida a previsão de que não mais deve haver comunicação prévia de férias coletivas ao órgão competente do Governo e as entidades sindicais.

Sala da Comissão, em _____ de março de 2020.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF